

TRABALHO INDUSTRIAL X TRABALHO DOMÉSTICO A IDEOLOGIA DO TRABALHO FEMININO *

EVA ALTERMAN BLAY **

RESUMO

Para compreender a atitude das trabalhadoras brasileiras para com o seu papel na sociedade, especialmente sua consciência profissional, é necessário considerar três aspectos mais importantes: o nível econômico do país, a maneira pela qual o mercado de trabalho absorve a força de trabalho feminina e a atitude da família, amigos e parentes relativas às carreiras profissionais femininas. Neste artigo, os dados foram analisados relativamente a este último aspecto, por meio de: a) aceitação — pela própria trabalhadora, pelos membros da família, parentes e amigos, de ambos os sexos — das carreiras profissionais das mulheres; b) divisão de trabalho dentro da família; c) tomada de decisão pelo homem e pela mulher na vida familiar. Revelou-se que a sociedade conserva como femininos os papéis e trabalho doméstico; que as mulheres são ostensivamente, ou não, desencorajadas pela família, especialmente pelos membros masculinos. Pela valorização do papel doméstico da mulher a sociedade utiliza o seu trabalho doméstico sem pagá-la e conserva a mulher ideologicamente fora do mercado de trabalho.

SUMMARY

Industrial and domestic work: the women work ideology — In order to understand the attitudes of the Brazilian working women towards their role in society, with a special emphasis on their professional consciousness, it is necessary to consider three of the more important aspects, i.e., their country's economic level, the way the market for labour absorbs the female workers, and the attitudes of their families, friends and relatives towards their professional careers. In this paper, all data have been analyzed with relation to this last aspect, and in the following manner: a) acceptance by the working woman herself, by the members of her family, relatives and friends, both sexes — of her professional career; b) distribution of the work among family members; c) decision making among men and women as to the family way of living. It has been concluded that society maintains house-keeping and home duties as feminine roles; that women are either ostensibly or not discouraged by their families, specially by the male members. Through a valorization of women's home roles, society makes use of their domestic work without paying them anything, and ideologically keeps them away the market for labour.

O propósito com que se iniciou este artigo foi o de analisar algumas questões formuladas em questionário aplicado em uma pesquisa com 522 trabalhadoras qualificadas na indústria paulista. Esta parte dos dados não fora detidamente analisada em

nossos trabalhos anteriores (Blay, 1972; 1974) e dizem respeito aos vários níveis de influência do grupo familiar sobre a trabalhadora, às reações de familiares, amigos e outras pessoas quando a mulher iniciou sua vida de trabalho remunerado e à relação entre o exercício profissional e a divisão do trabalho interna ao grupo familiar.

Vimos encontrar, nas respostas a estes aspectos da vida das entrevistadas, dimensões que a sua atividade exclusivamente profissional não revelara e que se mostraram fundamentais para circunscrever o universo de fatores que influem sobre o modo como a trabalhadora encara seu trabalho.

* Comunicação apresentada no Simpósio "Contribuições das Ciências Humanas para a compreensão da situação da mulher". XXVII Reunião Anual da SBPC, julho de 1975. Belo Horizonte.

Os dados apresentados neste trabalho fazem parte de pesquisa mais ampla realizada com o apoio da FAPESP, à qual expresso meus agradecimentos.

** Professora Assistente Doutora da USP (Departamento de Ciências Sociais).

Partíramos, em nossos primeiros estudos, de hipóteses que localizavam no mercado de trabalho, nas orientações seguidas para a escolha de carreiras, nos obstáculos ou facilidades para encontrar um emprego, as explicações principais para a conformação de uma atitude (de fato desejaríamos chegar à consciência) profissional das entrevistadas.

Este conjunto de explicações, que relembremos rapidamente em seguida, apoiava-se em aspectos da estrutura econômica e educacional. Os resultados encontrados são realmente fundamentais para compreender a orientação que é dada à mulher em seu desempenho profissional. Mas algumas pistas foram sugeridas quando analisamos certas relações entre o significado econômico do trabalho feminino para a manutenção do grupo familiar e as reações de incentivo, indiferença ou mesmo de contrariedade manifestada por membros do grupo familiar que usufruíam do resultado econômico deste trabalho.

Para compreender a orientação que a mulher assume em seu desempenho profissional é preciso distinguir o modo como a sociedade manipula a participação da mulher enquanto força-de-trabalho e as atitudes da própria mulher e de seu grupo familiar ao desempenho deste papel profissional.

Nas análises anteriores dos dados desta pesquisa¹ ficou evidenciado que o trabalho feminino precisa ser encarado por uma perspectiva estrutural, pois a etapa em que se acha o processo de industrialização nas diferentes nações é fator fundamental para definir a quantidade e a qualificação das mulheres a serem absorvidas pelo mercado de trabalho (Blay, 1972; Boserup, 1970). Assim, no caso brasileiro, em que se deu um tardio e reduzido processo de industrialização, há uma tendência de limitar a participação da mulher em atividades economicamente ativas. Isto decorre da liberação de mulheres de atividades rurais e da não incorporação proporcional das migrantes em atividades econômicas urbanas.

Deste modo as mulheres engrossam um enorme "exército industrial de reserva", altamente manipulado pela dinâmica econômica. Passa a ser um falso problema dizer que a mulher pode decidir quando deseja trabalhar: ela na verdade é conduzida ou impedida de fazê-lo dependendo das necessidades do mercado.

Verificamos também que as trabalhadoras qualificadas na indústria, universitárias ou não, são

conduzidas a trabalhar em áreas consideradas femininas. As universitárias atuam principalmente nos setores administrativos ou em serviços de assistência e saúde. Não são aproveitadas nos setores de produção mesmo quando muito bem preparadas para isso.

As carreiras desempenhadas por mulheres na indústria são femininas por uma dupla ação: são socialmente consideradas adequadas à mulher (como o caso das secretárias) e não há obstáculos por parte do mercado em empregá-las.

Mas este processo de feminilização de certas atividades econômicas começa muito antes, quando da própria escolha dos cursos escolares seja no nível universitário ou não.

Assim a mulher universitária, que trabalha na indústria, é principalmente farmacêutica, química, assistente social, nutricionista ou advogada. Não ocupa cargos de direção ou gerência. Com muita frequência, mesmo quando habilitada especialmente para atividades de produção, desempenha atividades de caráter burocrático (como engenheiras ou médicas que realizam traduções técnicas, por exemplo).

Nos cargos não universitários mas qualificados, o domínio da atividade feminina são os cargos de secretária. Além destes elas também desenvolvem atividades técnicas em laboratórios, todos os tipos de atividades de escritório, e atividades produtivas na indústria do vestuário.

É claro que o desempenho de uma atividade econômica, que ocupa o dia todo do trabalhador, se faz mediante uma remuneração que paga a utilização do trabalho do indivíduo². Do ponto de vista do trabalhador o vínculo que ele estabelece entre seu trabalho e a remuneração correspondente dá a medida de como ele vê seu papel na sociedade. Em sociedade de tipo capitalista o indivíduo de sexo masculino é preparado para que ao crescer se integre ao mercado de trabalho, obtenha uma remuneração, se auto-sustente e garanta a sobrevivência de sua família. Mas e a mulher?

Discute-se ainda hoje qual deve ser o papel da mulher na sociedade. Se ela deve trabalhar ou não, se deve estudar, o que deve estudar. De fato, subjacente a estas indagações, existe um papel definido que se espera seja desempenhado pela mulher: o de esposa, mãe, dona de casa. O trabalho extra-domiciliar, o estudo que pode conduzi-la ao trabalho remunerado, são ainda agora debatidos como inovações ao "verdadeiro" papel da mulher.

No entanto, a mulher trabalha remuneradamente. E o faz há longo tempo e em atividades

1. Pesquisa realizada na área metropolitana de São Paulo em 1972 com trabalhadoras qualificadas na indústria. Foram entrevistadas 522 mulheres das quais 145 universitárias, 94 secretárias e 283 trabalhadoras em "outros cargos", todos que requeriam algum aprendizado, iniciativa, autonomia.

2. Não discutiremos aqui o problema marxista do pagamento da força-de-trabalho e a mais-valia.

cada vez mais variadas. Há pois uma contradição entre os papéis idealmente acatados e os efetivamente desempenhados. Esta contradição não é gratuita e deve, provavelmente, ocasionar repercussões na dinâmica destes papéis. É este nível de contradições e dos efeitos delas sobre o exercício do trabalho extra-domiciliar que vamos analisar mais detidamente neste artigo.

Nosso trabalho então extravaza os limites da estrutura do mercado e dos rumos da economia para buscar outros fatores explicativos que unidos aos primeiros nos dêem uma visão mais completa da atitude da mulher perante o trabalho extra-domiciliar.

* * *

Ao definirmos o trabalho industrial como extra-domiciliar estamos reconhecendo implicitamente duas condições para seu exercício: o trabalho domiciliar e o extra-domiciliar. Isto é, o trabalho exercido em casa e o executado fora dela. Mas no interior da casa também podem ser exercidas tarefas remuneradas tais como confecção ou acabamento de peças para indústria, comércio, artesanato, prestação de serviços a terceiros (pensão, lavagem de roupa, refeições, etc.).

O trabalho doméstico é uma forma de trabalho domiciliar não remunerado. Ele se distingue do trabalho industrial duplamente: o trabalho industrial é extra-domiciliar e remunerado.

Ao opor o trabalho doméstico ao industrial está se abandonando, provisoriamente, atividades remuneradas exercidas no domicílio e focalizando apenas aquelas desempenhadas pela mulher, para a subsistência de seu grupo familiar, sem receber nenhuma remuneração para isso.

Engels, retomando as teorias de Morgan, busca a gênese desta divisão social entre o trabalho industrial e o doméstico (Engels, s.d.). Considera que a atividade doméstica transformou-se de uma "indústria pública" em um "serviço privado", à medida em que se organiza a família patriarcal ou a família individual monogâmica. Nas etapas anteriores, da promiscuidade coletiva ou da horda, a direção do lar, confiada "às mulheres era uma indústria socialmente tão necessária como a busca de víveres, de que ficavam encarregados os homens. As coisas mudaram com a família patriarcal e ainda mais com a individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar transformou-se em serviço privado; a mulher converteu-se na primeira criada, sem participação na produção social. Só a indústria de nossos dias lhe abriu de novo — embora apenas para a proletária — o caminho da produção social" (Engels, s.d. p. 96-97).

Desta forma de divisão social do trabalho resulta uma definição das posições sociais ocupadas pelo homem ou pela mulher na sociedade. Na base da organização da família e da posição dos sexos estão as transformações econômicas e técnicas. A humanidade teria passado de uma forma de promiscuidade primitiva à organização da família consanguínea em consequência das transformações na forma de produção e reprodução da vida imediata. A produção de modo privado, a propriedade, o trabalho escravo, e o interesse por uma transmissão da herança impuseram uma organização social de linhagem masculina. Os laços matrimoniais serviriam para garantir a indivisibilidade da propriedade.

A técnica, o modo de produção, a propriedade estão na base de uma organização familiar onde o trabalho feminino "perde" seu caráter de um serviço prestado à comunidade e se dirige apenas ao grupo familiar restrito.

Uma revisão da teoria de Engels tem sido feita no nível da reconstrução histórica e no nível da posição econômica do trabalho doméstico. Gordon Childe (apud Michel, 1972) corrige a suposta promiscuidade primitiva, mostrando que já no paleolítico havia uniões monogâmicas exigidas por uma economia baseada na caça, coleta e, talvez, pesca, atividades que requeriam uma participação conjunta e uma divisão social do trabalho.

Com a invenção da agricultura ou da criação — primeira revolução industrial — no neolítico, a organização social gira em torno da figura feminina, responsável por estas atividades e pelo preparo do alimento, da cerâmica, da fiação e tecelagem, atividades fundamentais para a sobrevivência humana.

Mas com a segunda revolução industrial (neolítico entre 6000 a 3000 A.C.) a produção passa das mãos femininas para a masculina: neste período é introduzido o uso da força do animal, do vento, o cobre, a matemática aplicada. Ao mesmo tempo em que a produção passa a ser dirigida pelo homem as divindades femininas são substituídas pelas masculinas.

Adotando-se a posição de Engels ou a reconstrução histórica de Gordon Childe chega-se a conclusão semelhante: é o modo de produção e a divisão do trabalho que se estabelece entre os sexos que vai influir sobre as posições sociais ocupadas pelo homem e pela mulher. As habilidades não são, como se viu, específicas a nenhum dos sexos, mas circunstancialmente acabam sendo desempenhadas por homens ou mulheres.

A revisão de aspectos econômicos da teoria engelsiana discute se o trabalho doméstico se insere na produção social; os novos marxistas afirmam que a unidade de produção doméstica utiliza o trabalho

feminino para reproduzir a própria força-de-trabalho — a nova geração de trabalhadores — e a criação de condições de habitabilidade doméstica, alimentação, limpeza, etc. (Secombe, 1974; Govaert, 1974).

Uma parte da sociologia americana, discutindo o trabalho doméstico, demonstra como a dona de casa é uma empregada não remunerada e avalia o significado econômico de seu serviço (Walker, 1973).

O trabalho doméstico aparece como uma atividade desprovida de valor pois não se vincula diretamente à produção e não é remunerado mediante salário. Ele deixa de ser considerado um trabalho pois falsamente só as atividades remuneradas é que são tidas como trabalho.

Não sendo remunerado mediante salário ele não é considerado parte da economia. Sua relação com a remuneração se faz por intermédio do elemento assalariado da família, em geral o homem.

Mas ao manipular o salário, ao transformá-lo em alimento, habitação, limpeza, enfim ao empregar um serviço que transforme a moeda em formas necessárias à subsistência, a mulher aplica ao salário um trabalho que vem se somar ao valor real do mesmo. Sem esse trabalho o salário do trabalhador industrial não seria suficiente para a subsistência de si mesmo e de seu grupo familiar.

Portanto não é apenas o valor do trabalho do assalariado masculino que sustenta a si e a sua família mas é a soma deste valor mais o valor — não remunerado — do trabalho de sua mulher que são responsáveis por este sustento.

Além disso é justamente devido à utilização deste trabalho doméstico não remunerado que o trabalhador assalariado pode ser remunerado aquém de suas necessidades (Secombe, 1974).

As velhas e as novas teorias sobre o trabalho industrial e o trabalho doméstico explicam a elaboração de uma ideologia que atribui ao homem a realização do trabalho extra-domiciliar e à mulher o papel doméstico. A manutenção da mulher no limite doméstico, desempenhando um trabalho real mas não remunerado, é de fato muito conveniente para a permanência da divisão do trabalho em vigor, e sobretudo para as formas de remuneração atribuídas.

A sociedade urbano-industrial, de tipo capitalista, porém não pode impedir e é mesmo levada a utilizar a mulher em atividades extra-domiciliares.

Esta mulher, socializada para o cumprimento de atividades domésticas, acaba desempenhando novos papéis sociais. Mas até que ponto o fato de efetivamente desempenhá-los afeta sua adesão à ideologia que estabelece qual deve ser o papel ideal da mulher? A prática cotidiana de uma atividade extra-do-

miliar é capaz de lhe demonstrar que ela é uma profissional? Ela se conscientiza de que o papel feminino ideal proposto pela sociedade talvez não seja o único e que há alternativas a ele? Ela reconhece o significado de seu trabalho para a manutenção de si mesma e da casa?

Estudos feitos em outros países, capitalistas e socialistas, mostraram e continuam mostrando que há vários tipos de resistência à instalação de uma nova imagem de mulher sendo o conflito entre seus papéis domésticos ou profissionais uma questão aberta. Embora a classe média francesa, por exemplo, mostre-se menos resistente em acatar esta nova imagem da mulher, o mesmo não ocorre com as camadas alta e baixa (Chombart de Lauwe, 1963). Na Polônia (Piotrovsk, 1964) e na Áustria (Szinovacz, 1974), para só citar três exemplos, a mesma contradição é reencontrada vencendo ainda a imagem da mulher dona de casa. Szinovacz chega a afirmar para o caso austríaco, que mesmo as mulheres que trabalham percebem esta condição como uma "situação excepcional" e aspiram para suas filhas um futuro como esposas e não como mulheres que trabalham.

* * *

No caso brasileiro, várias considerações devem ser feitas sobre o início da vida profissional do homem e da mulher. O início da atividade masculina remunerada costuma ser (parece-nos) cercada de um certo regozijo por parte da família e por uma aprovação ostensiva dos amigos. Todos acham que o rapaz que trabalha está cumprindo com seus deveres, está desde cedo ajudando na casa, aliviando seus pais de um encargo econômico, demonstrando maturidade. Mesmo nas camadas onde este trabalho não é necessário ele é altamente valorizado como prematura demonstração da atitude "responsável" que o rapaz terá no futuro.

Ao tratar da moça, porém, o início da vida profissional se faz freqüentemente sob a expectativa de que este estágio de atividade é passageiro, de que "infelizmente" ela precisa trabalhar, mas ao se casar ela não mais "precisará" fazê-lo, de que está sendo obrigada a isso por razões econômicas. Quando não há este clima de estar a mulher desempenhando um "falso papel" há uma muda indiferença que certamente vem se somar à desaprovção e não criar um estímulo.

Indagamos de nossas entrevistadas qual a razão que as levou a iniciar sua atividade profissional. Duas foram as razões básicas: necessidade econômica e realização profissional. Entre universitárias prevaleceram as razões do segundo tipo enquanto entre as demais as causas foram econômicas (Blay, 1972, Parte IV). Entretanto quando indagamos das

entrevistadas qual foi a reação das pessoas da família (pai, mãe, irmão, irmã), de seus namorados ou noivos, dos maridos e dos amigos e amigas observamos uma diferenciação de atitudes. A própria entrevistada foi sempre aquela que se mostrou mais "favorável" ao início de sua atividade profissional, numa proporção de 9 em cada 10.

Sistematicamente verificamos que a mãe é mais favorável do que o pai, as irmãs do que os irmãos, os maridos do que os namorados e até mesmo as amigas do que os amigos (Ver anexo Quadros 1, 2, 3). Há uma maior aceitabilidade por parte das pessoas do sexo feminino do que do masculino. As atitudes desfavoráveis vão desde taxas muito baixas (menos de 5%) até algumas relativamente altas (19%); mas se considerarmos que além da ostensiva reprovação há aqueles que se mostram indiferentes pode-se afirmar que pelo menos 1/3 em média dos familiares, amigos, namorados ou maridos não encorajam o início da profissionalização feminina.

Talvez se conteste que o princípio de uma nova atividade não precise ser encorajada; mas se lembrarmos que esta atividade afinal é inovadora e conta com toda uma gama de reprovações socialmente difundidas, creio que o trabalho feminino precisa ser ostensivamente encorajado ao menos tanto quanto se faz para o rapaz.

É interessante notar que a atitude do pai e do namorado são aproximadamente semelhantes na demonstração de não aceitarem o trabalho da jovem. Sugiro que esta reprovação seja entendida como demonstração de que o pretense papel masculino de provedor financeiro do lar tenha falhado e ao trabalhar a mulher completa um orçamento que os membros masculinos não foram capazes de tornar adequado às necessidades da família. No caso do pai, esta demonstração se verificaria frente a uma situação vivida. No caso do noivo ou namorado ela estaria abalando o futuro papel doméstico que é idealizado para a mulher e o de elemento economicamente responsável pelo lar almejado pelo homem.

No caso dos maridos, se comparados aos namorados ou noivos, talvez se possa explicar suas atitudes mais favoráveis ao trabalho feminino como resultado de uma experiência real que o casamento propiciou. As dificuldades materiais além dos frequentes problemas emocionais que afetam a mulher que permanece em casa, contribuem para facilitar a aceitação de uma nova imagem da mulher.

Assim envolta por esta clara ou subentendida desaprovação da família, dos noivos, e mesmo dos amigos, se inicia a atividade profissional feminina. Não é difícil imaginar as repercussões destas atitudes sobre a conduta da mulher. No mínimo elas devem lhe criar dilemas do tipo "devo ou não trabalhar". E certamente elas se somam a outras atitudes e valores que juntamente moldam a imagem que a jovem criará de seu papel na sociedade, particularmente de seu papel profissional.

* * *

Mudando o foco da investigação das atitudes dos outros para sua própria atitude quanto ao exercício de uma atividade extra-domiciliar, fizemos várias perguntas do tipo: a mulher deve trabalhar? Fomos alterando a condição desta mulher genericamente referida e lhe atribuindo as prováveis dimensões que a realidade traz à vida feminina. Assim ela passou de solteira a casada, viúva, mãe de filhos pequenos ou grandes.

A aprovação ao trabalho da mulher solteira é quase unânime: 95% em média acham que a mulher solteira deve trabalhar.

Entretanto observamos que há como que uma ordem de aprovação para o trabalho extra-domiciliar da mulher como parte das próprias trabalhadoras.

Mulheres solteiras e viúvas têm a mesma aprovação desde que estas últimas não tenham filhos. Mas se os tiverem, a aprovação será menor (Ver Quadro I).

QUADRO I — TRABALHADORAS QUALIFICADAS QUE RESPONDERAM "SIM" ÀS PERGUNTAS

Pergunta	Universitárias	Total (100%)	Secretárias	Total (100%)	"Outros Cargos"	Total (100%)
A mulher solteira deve trabalhar?	96,6	(145)	96,8	(94)	94,0	(283)
A mulher viúva sem filhos, deve trabalhar?	95,9	(145)	95,7	(94)	87,3	(283)
A mulher casada com filhos grandes deve trabalhar?	77,9	(145)	76,6	(94)	59,0	(283)
A mulher casada deve trabalhar?	66,9	(145)	55,3	(94)	56,5	(283) *
A mulher viúva, com filhos pequenos, deve trabalhar?	46,9	(145)	36,2	(94)	43,5	(283)
A mulher casada, com filhos pequenos, deve trabalhar?	24,8	(145)	11,7	(94)	16,3	(283) *

* As diferenças são significativas nos casos assinalados.

A mulher casada, mesmo tendo filhos grandes, muda de categoria quanto à aprovação. Cerca de 1/3 das próprias trabalhadoras são contrárias a que mulheres casadas, mães de filhos grandes (não perguntamos a idade deles), trabalhem fora de casa. Há uma aprovação um pouco mais elevada se a mulher for casada, e não tiver filhos. Mas o próprio casamento é fator considerado suficiente para afastá-la do trabalho extra-domiciliar.

É a presença de filhos pequenos que remete a mulher à condição de mãe e lhe nega a condição de trabalhadora extra-domiciliar. Seja casada ou viúva, com filhos pequenos, a mulher não deve trabalhar. Se for casada, e "portanto" tiver um marido que a sustente, a aprovação ao trabalho extra-domiciliar vai de uma a duas mulheres entre 10. Neste caso as universitárias são as que mais aprovam. Seguem-nas as trabalhadoras em "outros cargos", e depois as secretárias (diferenças estatisticamente significativas).

Portanto, embora as entrevistadas sejam todas *trabalhadoras qualificadas atuando na indústria* constata-se que há um consenso em pelo menos a metade delas de que o casamento deve impedir a mulher de trabalhar. E a presença de filhos pequenos, é preponderante no afastamento profissional da mulher sobretudo das não universitárias. Observe-se que apenas 24,8% das universitárias consideram que a mãe de filhos pequenos deve trabalhar.

Dentre as várias explicações para estas perguntas há aquelas de ordem prática e as de caráter ideológico. É claro que num país capitalista subdesenvolvido como o Brasil não há serviços públicos ou particulares que sirvam à comunidade liberando a mulher de cuidar de seus filhos pequenos. Mas, por outro lado, há uma considerável oferta de trabalhadoras domésticas, de baixa remuneração, que de fato realizam este serviço para a classe média e alta. Entre as assalariadas industriais de baixa remuneração, é realmente antieconômico manter uma outra trabalhadora doméstica que realize estes serviços. Mas o mesmo não se pode afirmar para as demais categorias de assalariadas. Estas razões de ordem prática valem para as operárias mas não para as outras categorias de trabalhadoras. Sobretudo não se ajustam às universitárias.

De qualquer modo estes tipos de considerações não foram lembradas pelas trabalhadoras. Elas atribuem à imagem da esposa e mais ainda à da mãe o papel doméstico sem questionar o significado do

desempenho concreto deste papel. É a dona de casa, a responsável pelos filhos, e não a mulher trabalhadora doméstica que as orienta quando respondem que a mulher casada ou a mãe não deve trabalhar.

A inexistência de serviços públicos que sirvam às necessidades individuais domésticas e destinadas ao cuidado de crianças, correspondem a uma representação prática da ideologia que atribui à mulher estas tarefas. Na verdade não há uma dupla esfera — inexistência de serviços públicos e ideologia —. A valorização ideológica que exalta a "rainha do lar", "a mãe" se reflete orientando e reforçando a manutenção de famílias nucleares apoladas no trabalho doméstico da mulher.

Isto é, embora trabalhadoras extra-domiciliares, as entrevistadas consideram que elas de fato não estão desempenhando a verdadeira tarefa feminina, a atividade doméstica.

Esta contradição entre o comportamento desempenhado e o comportamento idealmente correto é justificada muitas vezes por uma resposta em que a entrevistada explica que a mulher casada ou a mãe de filhos grandes ou pequenos pode trabalhar "dependendo das condições econômicas", "se for para ajudar o marido", "se não tiver muitos filhos", "se for por meio período", e raramente "se gostar de trabalhar". Este condicionamento reforça a imagem da mulher doméstica e a "justifica" quando desempenha comportamentos que destoam de sua imagem ideal. Nem mesmo o fato de que de 4 a 6 mulheres em cada 10 entrevistadas contribuem com seus salários para completar pelo menos a metade dos rendimentos familiares, é fator suficiente para abalar a imagem da mulher doméstica.

Assim enquanto o casamento e a vinda de filhos são interpretados como fator que marca uma etapa na vida profissional masculina — o homem pensa trabalhar mais, ganha mais, para a mulher estes dois momentos são aceitos, num consenso geral, como fatores que devem levá-la a abandonar o trabalho extra-domiciliar.

A trabalhadora não consegue libertar-se do modelo ideal de mulher doméstica ideologicamente valorizada e se propor, como alternativa, novos comportamentos sociais ligados ao trabalho.

As contradições entre o modelo ideal e a prática cotidiana de trabalho extra-domiciliar são certamente mais agudas entre mulheres casadas.

QUADRO II — TRABALHADORAS QUALIFICADAS CASADAS QUE RESPONDERAM "SIM" AS PERGUNTAS

Perguntas	Universitárias		Secretárias		"Outros Cargos"	
	%	Total	%	Total	%	Total
A mulher solteira, deve trabalhar?	99,2	(56)	100,0	(29)	94,6	(93)
A mulher viúva, sem filhos, deve trabalhar?	98,2	(56)	100,0	(29)	86,0	(93)
A mulher casada, sem filhos, deve trabalhar?	98,2	(56)	100,0	(29)	82,8	(93)
A mulher casada, com filhos grandes, deve trabalhar?	87,5	(56)	79,3	(29)	67,7	(93) *
A mulher casada, deve trabalhar?	73,2	(56)	58,6	(29)	63,4	(93) *
A mulher viúva, com filhos pequenos, deve trabalhar?	55,3	(56)	41,4	(29)	44,1	(93)
A mulher casada, com filhos pequenos, deve trabalhar?	25,0	(56)	13,8	(29)	15,1	(93)

* As diferenças foram estatisticamente significativas.

Quando analisamos suas respostas separadamente constatamos uma semelhança geral com as respostas obtidas da totalidade das entrevistadas. Repete-se uma aceitação do trabalho da mulher solteira e da viúva por quase todas as entrevistadas. Aceita-se mais o trabalho da mulher casada sem filhos assim como daquela que tem filhos grandes. Neste último caso as diferenças entre os tipos de trabalhadoras foram significativas sendo mais elevada a aceitação entre as universitárias casadas do que entre as demais. Os dados parecem sugerir que as trabalhadoras casadas são mais favoráveis ao trabalho de mães quando os filhos são grandes, o que interpretamos como uma dimensão dada pela incorporação da própria experiência à visão do comportamento ideal da mulher.

A resistência ao trabalho da mãe de filhos pequenos reaparece aqui em percentagens semelhantes. É interessante notar que a mulher viúva, mãe de filhos pequenos, tem seu trabalho aceito por cerca de 40% das entrevistadas. Há duas hipóteses explicativas para esta orientação: a mulher viúva é implicitamente considerada a mantenedora do lar e deve trabalhar para substituir o marido, ou talvez se considere que a mulher nesta condição deve sair de casa para superar seus problemas emocionais. Em nenhum dos casos se aventa sua condição de indivíduo interessado em uma atividade extra-domiciliar.

A contradição entre a prática cotidiana do trabalho extra-domiciliar e sua adesão à ideologia da mulher doméstica paradoxalmente não leva a reformular esta última. Ao contrário, o processo de manutenção da imagem da mulher voltada para o lar e os filhos se mantém quando a trabalhadora separa rigidamente sua condição de mulher da condição de profissional. O trabalho não é pensado como uma função a ser desempenhada sempre, aperfeiçoada ao longo dos anos, aprofundada, mas sim como algo que

foi ou será interrompido se as condições familiares ou domésticas requisitarem.

O plano doméstico e o de trabalho são pensados como dois momentos independentes, cada um seguindo um ritmo próprio, sendo o primeiro mais importante do que o segundo.

* * *

A contraposição entre as duas áreas de atividade feminina se revela no nível da organização social global assim como no nível das atitudes individuais; resta conhecer como influi sobre a vida cotidiana das famílias das trabalhadoras. A literatura sociológica atual, referente à família, enfatiza a investigação de quem exerce a autoridade no interior do grupo familiar. Estes estudos têm mostrado facetas variadas (Michel, 1972) sobretudo no caso da esposa que trabalha. Mulheres de classe baixa tendem, mesmo, quando não trabalham, a exercer o controle do dinheiro que entra na casa. Diz Michel que as mulheres são consideradas pela família, e pelos vizinhos, como mais econômicas e capazes de evitar gastos desnecessários. O estudo de Szinovacz na Áustria demonstrou a existência de áreas de decisão feminina e outras masculinas na casa, variando em função da classe social. Demonstrou que homens de classe alta tendem menos a discutir assuntos considerados importantes com suas mulheres.

Há uma generalizada tendência de se crer que o fato de a mulher exercer uma atividade profissional lhe facultaria maior poder de decisão no interior do lar. Em nossa pesquisa procuramos ver como se processa a divisão de trabalho no casal. Perguntamos, a propósito, quem decidia sobre a guarda do dinheiro, pagamento de contas, controle do dinheiro, compras diárias, compras de objetos importantes, decisão sobre onde morar, ajuda financeira a parentes, decisão sobre visitas a serem feitas, escolas para filhos ou local para férias.

QUADRO III — DIVISÃO DO TRABALHO NA CASA

Percentagem de mulheres casadas que decidem nas seguintes áreas:

	Universitárias	Secretárias	"Outros cargos"
Quem guarda dinheiro	15,1	21,4	34,4 **
Quem paga contas	12,2	25,0	32,6 *
Quem controla dinheiro	53,9	28,6	35,6 *
Quem faz compras na mercearia	30,9	64,3	48,8
Quem decide compras importantes	16,6	14,3	9,2
Quem decide onde morar	5,5	14,3	16,1
Quem ajuda financeiramente a parentes	18,2	10,7	13,5 *
Quem decide fazer visitas	12,7	25,0	22,2 *
Quem decide a escola para os filhos	11,1	32,0	37,0 *
Quem decide onde passar férias	31,3	14,3	21,6

* Nos casos assinalados a diferença é significativa.

** A diferença não é significativa para os três grupos mas só para universitárias e "outros cargos".

Atividades diárias. Verificamos que apenas uma situação é considerada preferencialmente domínio a ser exercido pela mulher: as compras diárias em mercearia, supermercados, etc. São as mulheres que as realizam habitualmente (as diferenças não são significativas, ver anexo Quadro 19).

As secretárias e as trabalhadoras em "outros cargos" além de desempenharem estas atividades concordam que são elas mesmas que deveriam fazê-las. As universitárias em 71,7% dos casos desejariam que esta tarefa fosse desempenhada pelo casal.

Manipulação do dinheiro. Há uma diferença entre guardar e controlar o dinheiro. Guardar significa aplicar as reservas, poupar, decidir como utilizar a margem não dispendida; controlar refere-se aos gastos diários, à divisão do dinheiro disponível entre as várias necessidades diárias.

Observou-se que o controle do dinheiro, na casa das universitárias é feito em 53,8% dos casos pela mulher. Nas casas das outras categorias entrevistadas esse controle é conjunto em cerca da metade dos casos ou então é feito pela mulher (ver Quadro III e anexo, Quadros 11 e 12).

No entanto se entre as mulheres, as universitárias são as que mais controlam o dinheiro, são elas as que menos o guardam.

Parece que nos casos em que o rendimento é mais baixo a mulher desempenha função de equilibrar o orçamento integralmente. Mas nos casos em que ele é mais elevado, embora a mulher contribua com considerável parcela, as decisões passam a ser preferencialmente masculinas.

A responsabilidade pelo controle diário do dinheiro é uma das importantes tarefas domésticas desempenhadas pelas industriárias. Quando pergun-

tamos, "se você pudesse decidir, como gostaria que fosse feito o controle do dinheiro?" as respostas confirmam o padrão encontrado.

Isto é, não se pode inferir daqui que as trabalhadoras estejam contrariadas com o tipo de divisão do trabalho interna ao lar e que desejariam que fosse diferente. Elas não optam, como se poderia esperar, por decisões tomadas por ambos os cônjuges em proporção maior no que diz respeito ao dinheiro.

Estas atitudes corroboram inteiramente o papel doméstico que se atribuem. O exercício de trabalho extra-domiciliar parece que não traz uma dimensão nova à divisão interna do trabalho do lar. Este ponto é bastante sensível no caso do dinheiro pois afinal estas mulheres são remuneradas pela tarefa que executam na indústria e seria de se esperar, se um novo modelo de mulher estivesse se instalando, que elas ao menos no nível das aspirações, desejassem compartilhar mais com o homem nas decisões sobre a guarda e o controle do dinheiro.

Escola para os filhos. Esta decisão é fundamental para se avaliar a participação dos cônjuges na direção dos filhos. Constatamos que ela é tomada conjuntamente nas três categorias (Quadro 18, anexo) mas o padrão é bem claro apenas para as universitárias. Entre elas o casal toma uma decisão conjunta em 85% dos casos. Entre as secretárias a percentagem desce para 64,0% e em "outros cargos" para 55,6%. Nestes dois últimos casos a decisão torna-se predominantemente feminina (32,0 e 37,0%).

Mas se as mulheres pudessem escolher, essas decisões seriam claramente tomadas por ambos os pais, seja entre as universitárias ou entre as não universitárias.

Decisão sobre compras de objetos importantes, e local de moradia. Estas duas decisões, entre 70 a

80% das vezes é tomada pelo casal. Se isto não ocorrer é a mulher que a toma mais do que o homem (Quadro 13, anexo). As mulheres optam por um nível de decisão conjunta ainda mais elevado.

Será que poder-se-ia interpretar este resultado como uma manifestação de maior participação do homem em assuntos domésticos?

Ajuda financeira a parentes. Aqui também as decisões são tomadas conjuntamente entre 70 a 85% dos casos (Quadro 16, anexo). Se isto não ocorrer é entre as universitárias que a decisão se torna mais freqüentemente feminina e entre outros cargos, masculina.

Caberia interpretar estes resultados como uma diferenciação de padrão entre camadas de maior e de menor remuneração? De qualquer modo o padrão observado é de decisão conjunta e o padrão desejado é o mesmo.

Visitas e férias. A indagação sobre quem decide se o casal irá fazer alguma visita, verificou-se que esta decisão é conjunta sobretudo para as universitárias. Se não for uma decisão de ambos os cônjuges ela será tomada pela mulher em cerca de 25% das vezes entre as não universitárias (ver Quadros 17 e 18, anexos).

Quanto à decisão sobre o local onde passar férias, esta também é tomada em conjunto em 2/3 dos casos. Quando isso não ocorre a decisão é principalmente feminina, não havendo diferenças entre universitárias e não universitárias.

As férias, assim como visitas, são formas que o grupo familiar tem, de manter contatos com outros grupos. Parece que nesta área a atuação feminina é relativamente importante.

Contas a pagar. Esta atividade é realizada por qualquer um dos cônjuges, entre universitárias, em 73% dos casos. Não ultrapassa 55% das entrevistadas não universitárias, sendo que entre "outros cargos" a tendência é que os homens se responsabilizem por estes pagamentos (Quadro 14, anexo).

* * *

Enfim, entre as áreas investigadas da divisão de trabalho no âmbito doméstico, algumas tendências emergem mas não muito claramente. De um modo bastante geral as decisões conjuntas parecem ser tomadas em percentagens mais elevadas entre as universitárias. Mas em todas as atividades exceto nas compras diárias, o casal age conjuntamente em proporções variáveis. No caso das compras diárias, ela é um desempenho feminino.

Basicamente reconhecem-se que as atividades que envolvem dinheiro tendem a ser masculinas. Excetua-se o controle dos gastos cotidianos, que é

feminino. Mas mesmo o pagamento de contas, ou as decisões em compras importantes, ou a ajuda financeira a parentes (nestes dois casos só para "outros cargos") a decisão é masculina.

As demais atividades do lar, aquelas que se referem aos filhos, à vida de relações, a lazer, são decididas pelas mulheres.

Será exorbitante inferir que as tarefas "domésticas" são domínio das mulheres, mesmo que elas sejam trabalhadoras extra-domiciliares, e as tarefas econômicas, ligadas às finanças do lar, são masculinas?

* * *

Os dados aqui analisados nos trouxeram três perspectivas pelas quais o trabalho feminino é encarado: as atitudes desencorajadoras à época do início da atividade extra-domiciliar feminina, as restrições à profissionalização da mulher mãe e esposa e a manutenção de uma divisão de trabalho interna ao lar sem que o exercício profissional abale a atribuição das funções domésticas femininas.

Na sociedade atual, a estrutura social global, o desenvolvimento econômico e tecnológico, manipulam o trabalho extra-domiciliar feminino na medida das necessidades do mercado. A mulher é conduzida a estudar, trabalhar, aspirar, conforme o estágio econômico do país onde reside.

No nível da família, estas orientações globais são ideologicamente reelaboradas. A mulher sofre pressões e se modela conforme os estímulos ou sanções de seus grupos imediatos.

A compreensão teórica deste processo adveio de análise dos dados revelados pelas trabalhadoras investigadas. No nível da sociedade global elas foram orientadas para carreiras femininas, ocupam cargos destinados à mulher, têm projetos futuros condicionados pela condição de sexo.

No nível das relações imediatas a experiência extra-domiciliar tem um efeito pálido sobre os padrões e papéis desempenhados na vida cotidiana. No grupo familiar elas têm uma posição avaliada pela condição de sexo e não pela de trabalhadora.

Ao analisar as contradições encontradas na ideologia do trabalho feminino, entre as próprias trabalhadoras industriais, impõem-se algumas reflexões sobre as condições infra-estruturais das relações de produção onde essas mulheres se acham localizadas. Na verdade, ao estudá-las, supúnhamos que elas teriam sofrido um processo revolucionário na medida em que deixando o trabalho doméstico teriam passado para o trabalho industrial. E nesta nova

condição seriam levadas a refletir as relações de produção das quais passaram a fazer parte mais diretamente.

Mas isto não se deu. Mostrara Marx que “na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social” (Marx, 1956, p. 334-335). No caso da trabalhadora deve-se acrescentar que ela participa destas relações de produção não se limitando exclusivamente a um vínculo de trabalho industrial mas desempenhando tarefas pertencentes a uma esfera econômica doméstica.

Na sociedade burguesa o duplo papel econômico da mulher — o doméstico e o industrial — aparece no nível da consciência social através de uma ideologia que justifica e glorifica o primeiro deles e que endossa o segundo. Não há uma nova ideologia do papel social da mulher pois as condições materiais, as relações de produção ainda se apoiam na exploração do trabalho doméstico.

As constatações apresentadas, relacionadas à sociedade capitalista subdesenvolvida, dependente, não lhe são peculiares. Nem mesmo são verdadeiras apenas para sistemas capitalistas. O confronto trabalho doméstico x trabalho extra-domiciliar, ocorre também em sociedades de tipo socialista como URSS, China, Suécia ou Israel (Blay, 1972). Nestes casos, como naquele aqui analisado, constata-se que a transformação da estrutura social não conduz necessariamente a uma nova ideologia do papel social da mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAY, Eva Alterman. 1972. *A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista*. [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo] (ex. mimeografado); 1974. Universitários e outros tipos de trabalhos na indústria. Trabalho apresentado ao VIII Congresso Mundial de Sociologia, Toronto, Canadá. (a sair na Revista *Ciência e Cultura*).
- BOSERUP, Ester. 1971. *Woman's role in economic development*. George Allen and Unwin Ltd., London.
- CHOMBART DE LAUWE, P. H. 1973. *La femme dans la société*. Centre National de la Recherche Scientifique, Paris.
- ENGELS, Frederick, s. d. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Editorial Presença, Lisboa.
- GOVAERS, France. 1974. *Roles, espaces d'enfermement des femmes et discours publicitaire*. Trabalho apresentado ao VIII Congresso Mundial de Sociologia, Toronto (ex. mimeografado).
- JELIN, Elizabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional. *Estudos CEBRAP*, (9): 51-78.
- MARX, Karl. 1956. *Obras escolhidas*: v. 1. Edit. Vitória, Brasil.
- MICHEL, Andrée. 1972. *Sociologie de la famille et du mariage*. Presses Universitaires de France, Paris.
- PIOTROWSKI, J. 1964. Attitudes à l'égard du travail des femmes. In CHOMBART DE LAUWE, P. H. *Imagens de la femme dans la société*: 119-138. Les Éditions Ouvrières.
- SECOMBE, Walli. 1974. The housewife and her labour under capitalism. *New Left Review*, (83): Jan./Feb.
- SZINOVACZ, Maximilane. 1974. Family decision making in Austrian families. Trabalho apresentado ao VIII Congresso Mundial de Sociologia, Toronto.
- WALKER, Kathryn E. 1973. Household work-time: its implication for family decisions. *Journal Home Economics*: 7-11, Oct.

[Recebido para publicação em julho de 1975]

A N E X O

QUADRO 1 — ATITUDES QUE ENVOLVERAM O INÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DE UNIVERSITÁRIAS

	Desfa- vorável	Favo- rável	Indife- rente	Total (100%)
Você mesma	2,2	94,2	3,6	(138)
Pai	16,9	75,4	7,7	(130)
Mãe	10,0	82,0	7,9	(139)
Irmão	5,9	72,3	21,8	(101)
Irmã	—	79,5	20,5	(98)
Marido	(1)	80,0	(1)	(10)
Namorado	15,4	75,3	9,2	(65)
Amigos	4,9	70,1	23,9	(142)
Amigas	4,2	75,0	20,8	(144)

QUADRO 2 — ATITUDES QUE ENVOLVERAM O INÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DE SECRETÁRIAS

	Desfa- vorável	Favo- rável	Indife- rente	Total (100%)
Você mesma	9,6	89,4	1,1	(94)
Pai	14,5	81,6	3,9	(76)
Mãe	8,6	88,2	3,2	(93)
Irmão	5,4	52,7	41,8	(55)
Irmã	4,6	66,1	29,2	(65)
Marido	(1)	(2)	—	(3)
Namorado	15,6	75,0	9,4	(32)
Amigos	3,5	75,6	20,9	(86)
Amigas	1,1	82,0	16,9	(89)

QUADRO 3 — ATITUDES QUE ENVOLVERAM O INÍCIO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DE "OUTROS CARGOS"

	Desfa- vorável	Favo- rável	Indife- rente	Total (100%)
Você mesma	8,8	89,4	1,8	(283)
Pai	17,5	67,9	14,6	(240)
Mãe	16,6	79,0	6,0	(267)
Irmão	7,7	60,0	32,4	(207)
Irmã	9,0	62,9	28,1	(210)
Marido	15,0	7,0	15,0	(20)
Namorado	19,0	62,0	19,0	(79)
Amigos	7,3	3,1	89,5	(191)
Amigas	3,0	70,0	27,0	(269)

QUADRO 4 — A MULHER CASADA DEVE TRABALHAR?

Respostas	Universi- tárias	Secretá- rias	"Outros Cargos"
Sim	66,9	55,3	56,5
Não	3,4	4,3	12,0
Depende	29,7	40,4	31,5
Total (100%)	(145)	(94)	(283)

QUADRO 5 — A MULHER SOLTEIRA DEVE TRABALHAR?

Respostas	Universi- tárias	Secretá- rias	"Outros Cargos"
Sim	96,6	96,8	94,0
Não	—	—	—
Depende	3,4	3,2	6,0
Total (100%)	(145)	(94)	(283)

QUADRO 6 — A MULHER CASADA, SEM FILHOS, DEVE TRABALHAR?

Respostas	Universi- tárias	Secretá- rias	"Outros Cargos"
Sim	88,3	91,5	77,7
Não	1,6	—	3,9
Depende	10,1	8,5	18,4
Total (100%)	(145)	(94)	(282)

QUADRO 7 — A MULHER CASADA, COM FILHOS PEQUENOS, DEVE TRABALHAR?

Respostas	Universi- tárias	Secretá- rias	"Outros Cargos"
Sim	24,8	11,7	16,3
Não	22,1	50,0	37,1
Depende	53,1	38,3	46,6
Total (100%)	(145)	(124)	(283)

QUADRO 8 — A MULHER CASADA, COM FILHOS GRANDES, DEVE TRABALHAR?

Respostas	Universitárias	Secretárias	"Outros Cargos"
Sim	77,9	76,6	59,0
Não	3,4	3,2	12,0
Depende	18,6	20,2	29,0
Total (100%)	(145)	(94)	(283)

QUADRO 9 — A MULHER VIÚVA, COM FILHOS PEQUENOS, DEVE TRABALHAR?

Respostas	Universitárias	Secretárias	"Outros Cargos"
Sim	46,9	36,2	43,5
Não	3,4	5,3	4,9
Depende	49,6	58,5	51,6
Total (100%)	(145)	(94)	(283)

QUADRO 10 — A MULHER VIÚVA, SEM FILHOS, DEVE TRABALHAR?

Respostas	Universitárias	Secretárias	"Outros Cargos"
Sim	95,9	95,7	87,3
Não	—	—	1,4
Depende	3,4	4,3	11,3
Total (100%)	(145)	(94)	(283)

QUADRO 11 — QUEM, NO CASAL, GUARDA O DINHEIRO?

	Universitárias	Secretárias	"Outros Cargos"
Marido	32,1	25,0	18,9
Mulher	15,1	25,0	34,4
Ambos	52,8	53,6	46,7
Total (100%)	(53)	(28)	(90)

Obs. — χ^2 não significativo para as 3 categorias, mas é significativo para universitárias e "outros cargos".

QUADRO 12 — QUEM, NO CASAL, CONTROLA O DINHEIRO?

	Universitárias	Secretárias	"Outros Cargos"
Marido	11,5	25,0	13,3
Mulher	53,8	25,0	35,6
Ambos	34,6	46,4	51,1
Total (100%)	(52)	(28)	(90)

Obs. — χ^2 significativo.

QUADRO 13 — QUEM, NO CASAL, DECIDE SOBRE AS COMPRAS IMPORTANTES

	Universitárias	Secretárias	"Outros Cargos"
Marido	5,6	7,1	16,1
Mulher	16,7	14,3	9,2
Ambos	77,8	78,6	74,7
Total (100%)	(54)	(28)	(87)

Obs. — χ^2 não significativo.

QUADRO 14 — QUEM PAGA AS CONTAS?

	Universitárias	Secretárias	"Outros Cargos"
Marido	14,3	25,0	27,6
Mulher	12,5	25,0	17,2
Ambos	73,2	50,0	55,2
Total (100%)	(56)	(28)	(89)

Obs. — χ^2 significativo.

QUADRO 15 — QUEM DECIDE ONDE MORAR?

	Universitárias	Secretárias	"Outros Cargos"
Marido	5,5	14,3	11,5
Mulher	16,7	14,3	16,1
Ambos	77,8	71,4	72,4
Total (100%)	(55)	(28)	(87)

Obs. — χ^2 não significativo.

QUADRO 16 — QUEM DECIDE SOBRE AJUDA FINANCEIRA A PARENTES?

	Universi- tárias	Secretá- rias	"Outros Cargos"
Marido	3,6	3,6	15,7
Mulher	18,2	10,7	13,5
Ambos	78,2	85,7	70,8
Total (100%)	(55)	(28)	(89)

Obs. — χ^2 significativo ao nível de 0,05.

QUADRO 17 — QUEM DECIDE SOBRE VISITAS A FAZER?

	Universi- tárias	Secretá- rias	"Outros Cargos"
Marido	7,27	3,5	6,7
Mulher	12,7	25,0	22,2
Ambos	80,0	71,4	71,1
Total (100%)	(55)	(28)	(90)

Obs. — χ^2 significativo.

QUADRO 18 — QUEM DECIDE A ESCOLA PARA OS FILHOS?

	Universi- tárias	Secretá- rias	"Outros Cargos"
Marido	3,7	4,0	7,4
Mulher	11,1	32,0	37,0
Ambos	85,2	64,0	55,6
Total (100%)	(54)	(25)	(81)

Obs. — χ^2 significativo.

QUADRO 19 — QUEM FAZ AS COMPRAS DE MERCEARIA?

	Universi- tárias	Secretá- rias	"Outros Cargos"
Marido	18,2	7,1	14,0
Mulher	30,9	64,3	48,8
Ambos	50,9	28,6	37,2
Total (100%)	(55)	(28)	(86)

Obs. — χ^2 não significativo.

QUADRO 20 — QUEM DECIDE SOBRE O LOCAL ONDE PASSAR AS FÉRIAS?

	Universi- tárias	Secretá- rias	"Outros Cargos"
Marido	4,2	3,6	10,2
Mulher	31,2	14,3	21,6
Ambos	64,6	82,1	68,2
Total (100%)	(48)	(28)	(88)

Obs. — χ^2 não significativo.